

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006141-30.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
Requerente: **SUENE DE LIMA SANTOS**
Requerido: **ZAINUN CELULARES E TELEFONIA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado junto ao réu o conserto do seu aparelho celular.

Alegou ainda que foi ajustado o pagamento de R\$400,00 divididos em quatro pagamento de R\$100,00 diretamente no cartão de crédito da autora.

Não obstante o ajuste na forma de pagamento a autora recebeu fatura do seu cartão de crédito constando valor maior do que o combinado.

Almeja à condenação da ré ao ressarcimento do

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

valor pago a maior do que o contratado.

A ré na audiência de tentativa de conciliação ressaltou que no caso em tela procedeu de maneira correta operando a máquina de cartão de crédito conforme ajustado.

No mesmo ato as partes manifestaram no desinteresse de produzir outras provas.

Assim posta a controvérsia nos autos, reputo que a pretensão deduzida não merece acolhimento.

Como se vê, há disparidade a propósito dos fatos.

Desde o início cada parte atribui à outra a responsabilidade pelo sucedido, detalhando de forma diferente a dinâmica dos acontecimentos.

Não se sabe, em suma, como realmente tudo se passou, não logrando a autora demonstrar com a necessária segurança os fatos constitutivos de seu direito, de sorte que a improcedência da ação transparece de rigor.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 30 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**